

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.350 - MG (2020/0013631-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : VIACAO BRASIL IMPERIAL LTDA
AGRAVANTE : VIASUL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADOS : GERALDO JOSE DUARTE DE PAULA - MG018828
GUSTAVO FERREIRA DE PAULA - MG166030
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE VARGINHA
PROCURADOR : EVANDRO MARCELO DOS SANTOS - MG093150

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por VIASUL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO - TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO - IMPOSSIBILIDADE - PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - IMPROCEDÊNCIA O PEDIDO INDENIZATÓRIO - RECURSO DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, por meio de diversos julgados oriundos do Estado de Minas Gerais, no sentido de que não é cabível cogitar-se indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo, em face da ocorrência de tarifas deficitárias, tendo em vista a inexistência de prévia licitação (art. 175, inciso I, da CF/88) e em atendimento à supremacia do interesse público, mormente porque mera permissão de serviço público, ato unilateral e precário da Administração Pública é executada por conta e risco da permissionária.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente